

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDO DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA



Reestruturação urbana: caso da Vila São José. Percepção dos moradores sobre alterações nas ocorrências criminais entre jovens de 12 a 18 anos como resultado de política pública habitacional.

RUBINO RIBEIRO PEREIRA

Belo Horizonte

Abril/2011

RUBINO RIBEIRO PEREIRA

Reestruturação urbana: caso da Vila São José. Percepção dos moradores sobre alterações nas ocorrências criminais entre jovens de 12 a 18 anos como resultado de política pública habitacional

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP-UFMG), como requisito parcial para a obtenção do grau de Pós-Graduação em Estudos de Criminalidade e segurança Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréa M. Silveira

Belo Horizonte

Abril/2011

RUBINO RIBEIRO PEREIRA

Reestruturação urbana: caso da Vila São José. Percepção dos moradores sobre alterações nas ocorrências criminais entre jovens de 12 a 18 anos como resultado de política pública habitacional

Trabalho Final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, requisito para obtenção do Título de Especialista.

Belo Horizonte, 2010.

ANDRÉA MARIA SILVEIRA

ANDRÉA MARIA SILVEIRA (Orientador)

FREDERICO COUTO MARINHO

FREDERICO COUTO MARINHO (Examinador)

“E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais.

Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.

Disso eu quis fazer a minha poesia.

É dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que tem voz”

Ferreira Gullar.

AGRADECIMENTO

Neste momento gostaria de agradecer a DEUS pelas oportunidades que me tem dado na vida. A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho. Aos meus pais e irmã pelo apoio. A minha amada esposa pela compreensão pelos momentos em que me dediquei a esse trabalho e não a ela. A minha orientadora, professora Andréa Maria Silveira, que na tarefa de compartilhar seus conhecimentos, excedeu em suas atribuições, incentivando a conclusão desse trabalho. Particularmente, agradeço a URBEL na pessoa da senhora Flávia Mota, do senhor Marco Cavalcanti pela presteza em disponibilizar dados sobre a área de estudo e espaço para a realização de conversas e aplicação do questionário. Ao comandante do 14º batalhão Major Roberto pela extensa conversa sobre a criminalidade da Vila São José. E aos moradores da vila pela receptividade.

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito saber se a reestruturação do espaço urbano da Vila São José irá influenciar as ocorrências criminais entre jovens de 12 a 18anos, de acordo com a percepção dos moradores.

Sabendo que na cidade de Belo Horizonte existe regiões com concentração de criminalidade e que essas áreas são geralmente caracterizadas por possuírem favelas, vilas ou bairros em situação de vulnerabilidade social, onde se propagam grupos de adolescentes que se envolvem com tráfico de drogas, assaltos, roubos e diferentes outros crimes, temos como objetivo saber se a reestruturação urbanística influênci a criminalidade da área de acordo com a percepção dos moradores.

Para dar sustentação a proposta, utilizaremos os pressupostos da Teoria da Desorganização Social proposta por Clifford Shaw e Henry Mckay (1942) sobre Delinquência Juvenil em Áreas Urbanas traz um mapeamento da distribuição da delinquência na cidade de Chicago onde observaram que os territórios com desorganização social eram áreas que tinham altas taxas de mobilidade residencial, heterogeneidade dos moradores e uma grande privação econômica.

Para a realização desse trabalho a bibliografia pesquisada foi o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), projeto Vila Viva, projeto técnico social da URBEL, dados estatísticos da Polícia Militar e do Centro Integrado do Adolescente (CIA-BH). No trabalho de campo foi aplicado questionários a 16 pessoas que moram na Vila São José escolhidas aleatoriamente e também o relato oral de cerca de 45 pessoas que se propuseram o conversar com o pesquisador.

Com isso observamos que a reestruturação urbanística da Vila São José, através do programa Vila Viva, trouxe melhorias na questão estrutural da área, mas ainda se percebe que a criminalidade da área gera insegurança na população da Vila.

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E FOTOS

Gráfico 01 - Comparação entre população total de adolescentes entre 12 e 18 anos e aqueles em conflito com a lei – 2005 – 2006.....	22
Gráfico 02 - Adolescentes em conflito com a lei, segundo o tipo de regime – 2006	23
Gráfico 03 - Adolescentes cumprindo medida de internação, segundo o sexo no país	23
Gráfico 04 - Adolescentes cumprindo medida de internação, segundo o sexo e a região	24
Gráfico 05 - Adolescentes em liberdade assistida (somente capitais), por região	25
Gráfico 06 - Adolescentes cumprindo prestação de serviços à comunidade (somente capitais), por região	26
Gráfico 07 - Total de criança conduzidas / apreendidas em MG.....	27
Gráfico 08 - Crime de roubo cometidos por adolescentes em MG.....	28
Gráfico 09 - Crime de furto cometidos por adolescentes em MG.....	28
Gráfico 10 - Crimes contra a pessoa cometidos por adolescentes em MG.....	29
Gráfico 11 - Idade dos adolescentes.....	30
Gráfico 12 - Sexo dos adolescentes	31
Gráfico 13 - Escolaridade dos adolescentes.....	32
Gráfico 14 - Raça/Cor dos adolescentes.....	33
Gráfico 15 - Situação de trabalho.....	34
Gráfico 16 - Decisões judiciais em audiências preliminares.....	35
Gráfico 17 - Pessoas com quem reside.....	36
Gráfico 18 - Reincidência Infracional.....	37
Gráfico 19 - Atos infracionais cometidos.....	38
Gráfico 20 - Pessoas presas em virtude de flagrante na Vila São José.....	39
Gráfico 21 - Menores apreendidos em flagrante de ato infracional	40

Gráfico 22 - Demais tipos de prisões na Vila São José.....	40
Gráfico 23 - Total de pessoas presas na Vila São José.....	41
Tabela 01 - total de crianças conduzidas/apreendidas em MG.....	26
Tabela 02 - Idade dos adolescentes.....	29
Tabela 03 - Sexo dos adolescentes.....	30
Tabela 04 - Escolaridade dos adolescentes.....	31
Tabela 05 - Raça / cor dos adolescentes.....	32
Tabela 06 - Situação de trabalho.....	33
Tabela 07 - Decisões judiciais em audiências preliminares.....	34
Tabela 08 - Pessoas com quem reside.....	35
Tabela 09 - Reincidência infracional.....	36
Tabela 10 - Atos infracionais cometidos.....	38
Foto 01 - Vista da parte de cima da Vila São José com o anel rodoviário ao fundo.....	55
Foto 02 - Vista parcial da parte de cima da Vila São José.....	55
Foto 03 - Córrego Pastinho correndo a céu aberto, sendo utilizado como depósito de esgoto pela comunidade local.....	56
Foto 04 - Vista do Córrego Pastinho na parte de baixo da Vila São José, totalmente degradado pelo lixo e esgoto.....	56
Foto 05 - Vista parcial do córrego Pastinho com o impacto do lixo e animais..	57
Foto 06 - Vista parcial do córrego Pastinho.....	57
Foto 07 - Construções da Vila São José sem nenhum planejamento urbanístico.....	58
Foto 08 - Construções da Vila São José sem nenhum planejamento urbanístico.....	58
Foto 09 - Marcas da violência na porta de uma residência na Vila São José...	59
Foto 10 - Vista geral da Vila São José.....	59

Foto 11 - Vista parcial dos prédios da Vila São José, acesso Avenida João XXIII.....	60
Foto 12 - Vista parcial do estacionamento e entrada dos prédios da Vila São José.....	60
Foto 13 - Vista da entrada do bloco 16 com acesso a Avenida João XXIII.....	61
Foto 14 - Entrada do escritório do programa Vila Viva.....	61
Foto 15 - Caminhão de entrega adentrando ao estacionamento dos prédios da Vila São José.....	62
Foto 16 - Vista parcial dos prédios e galpão de materiais da prefeitura de BH.....	62

LISTA DE SIGLAS

ECA - Estatuto da Criança e do adolescente

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

CREA-MG - Conselho de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

SPDCA / SEDH / PR - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República

PSC - Prestação de Serviços Comunitários

DOPCAD - Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente

SEPI - Setor de Pesquisa Infracional – Vara Infracional da Infância e da Juventude

SUASE - Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas

CIA-BH - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte

URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

I - Introdução	12
II - Metodologia	18
III - Estatuto da criança e do adolescente e o perfil do adolescente que comete ato infracional.....	19
IV - A Vila São José.....	42
V – As percepções dos moradores sobre a Vila São José: o campo	44
VI – Considerações finais.....	53
VII – Lista de fotos da Vila São José.....	55
VIII – Referências Bibliográficas.....	63
XI – Anexos.....	65

I - Introdução

O presente trabalho tem como objetivo saber se as intervenções de reestruturação habitacional promovidas pelo Programa Vila Viva foram acompanhadas de alterações nos indicadores de criminalidade entre jovens de 12 a 18 anos de acordo com a percepção dos moradores.

Santos, 2000, mostra que a habitação é um dos mais graves problemas gerados pela propriedade privada da terra, onde o capitalismo observou que a terra poderia ser divisível e apropriável. Isso permitiu não só reforçar a propriedade privada da terra, mas transformá-la em mercadoria. As grandes cidades brasileiras nas últimas décadas têm vivido um processo de urbanização intensivo, desorganizado e desigual que resulta em acentuados desequilíbrios na provisão de serviços públicos e um processo de separação do território dentro das próprias cidades. Essa separação do território gerada pela oferta do mesmo gera um processo de segregação socioespacial que culmina no aumento da vulnerabilidade e desigualdade social. A maior parte dessa população, vulnerável socialmente foi deslocada dentro das cidades para regiões periféricas, onde infra-estrutura, serviços de saneamento básico, serviços públicos são escassos e geram processos de exclusão socioterritorial. Essa periferia ou área suburbana, formada a partir de loteamentos ilegais ou com terrenos baratos é a forma predominante de moradia das camadas populares na maioria das grandes cidades brasileiras.

De acordo com os dados da URBEL 2010, a população de Belo Horizonte é de 2.775.444 pessoas, sendo que 471 mil pessoas moram nas 208 vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares, o que corresponde a 16,9% da população e 5% do território da cidade.

Santos 2000, aponta que com o crescimento da população e a falta de planejamento das cidades ocorre um grave problema: a segregação, tanto espacial, como social. A segregação espacial está relacionada à valorização excessiva dos imóveis que dispõem dos serviços básicos, como asfalto, saneamento básico e transporte, comércio e lazer. Já a segregação social diz

respeito à dificuldade de alguns grupos têm para conseguir serviços de melhor qualidade, como escolas, médicos, emprego, cultura e lazer.

Ironicamente a habitação aparece como direito do cidadão e está incluída em diversas leis e convenções como a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu artigo XXV *“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”* na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 182 *“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”*

No campo das políticas urbanas, em pleno regime militar, as questões relativas ao urbanismo eram prerrogativas da União. Com o processo de democratização do país e a reforma do Estado, os municípios adquiriram uma autonomia financeira e administrativa que possibilitou a produção de políticas urbanas no campo da gestão pública, produzindo assim instrumentos jurídicos e a introdução de princípios democráticos da participação popular e o controle social. Esses avanços dos governos locais e a produção de políticas públicas, arranjos institucionais e instrumentos de regulação culminaram na aprovação do Estatuto das Cidades.

Segundo o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais CREA-MG (2010), no âmbito do planejamento urbano o Plano Diretor é o instrumento mais importante para uma intervenção criteriosa sobre a realidade complexa da cidade. Pela atual constituição, todo município com mais de 20.000 habitantes deverá ter um Plano Diretor. Esse plano é um conjunto de leis e diretrizes específicas para a cidade, que orientam como e para onde essa deve crescer. Ele identifica as características e potencialidades do município e apresenta propostas para estimular e ordenar o crescimento da cidade.

Obviamente, o Plano Diretor não é uma fórmula mágica que resolve todos os problemas, mas ele permite trilhar um caminho na busca progressiva da melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade. Esse Plano Diretor elaborado a partir de um amplo diagnóstico da situação atual da cidade, que leva em conta fatores naturais, humanos, estatísticos, econômicos, culturais e legais, deve apresentar propostas que tentem resolver ou ao menos minimizar, os problemas encontrados: saneamento insuficiente, trânsito congestionado, moradias em áreas de risco, etc. Além disso, ele deve procurar garantir a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural e criar as condições para uma maior democratização do desenvolvimento, com melhorias do transporte público, maior acesso à moradia, infraestrutura e equipamentos urbanos.

Formoso, 1999 em investigação sobre a formulação da política de reassentamento para a Vila São José argumenta que aquela vila constitui um dos maiores assentamentos informais urbanos em área insalubre e de risco do município de Belo Horizonte. Argumenta ainda que a ocupação daquela área pela Vila São José impede um importante corredor viário do município que é a complementação da Avenida Pedro II e que provoca impactos negativos não só em relação à circulação, mas também em relação ao desenvolvimento da região.

De acordo com Formoso, 1999 a Vila São José se caracteriza como uma área altamente adensada com 2.500 famílias morando em baixas condições sanitárias e ambientais e convivendo há vários anos com ameaças de remoção da região, motivo pelo qual, essa Vila deixou de receber, intencionalmente, investimentos de urbanização pelo poder público municipal.

As políticas públicas de inserção social dos jovens em outros espaços para prevenir e reduzir a criminalidade juvenil, devem ser elaboradas a luz do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), pois esse foi elaborado com o intuito de humanizar a relação entre o adolescente em conflito com a lei e a sociedade.

A garantia dos direitos da criança e do adolescente, no Brasil, está firmada e fundamentada na lei 8.069/90, que trouxe o ECA (Estatuto da Criança e do

Adolescente) e também nos documentos internacionais ratificados pelo Congresso Nacional, nas Convenções das Nações Unidas sobre os direitos da criança do adolescente e na Constituição Federal, que em seu artigo 227 define:

Art. 227. “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Conforme preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente, os adolescentes autores de ato infracional constituem um público especial já que a eles é garantido o princípio da prioridade absoluta do Estado. A medida socioeducativa que cumprem possui uma natureza dual, ao mesmo tempo em que ela é sancionatória, por responsabilizá-lo judicialmente estabelecendo restrições legais, é também sócio-pedagógica, pois garante direitos e desenvolve ações educativas que visam a formação da cidadania. As medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA são: Advertência, obrigação de reparar o dano, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semi-Liberdade e Internação.

Antecedendo o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, vigorava o código de menores de 1927. Código esse que atuava no sentido de reprimir, corrigir e integrar os supostos desviantes de instituições como a Fundação do Bem Estar do Menor (Febem). O ECA foi regulamentado pelo Sistema Nacional de Atendimento às Medidas Socioeducativas SINASE o qual foi apresentado em 2006, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. O SINASE tem como princípios a promoção, defesa e controle social da proteção integral da criança e do adolescente e, objetiva a orientação do atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Apesar dele não ser uma lei e sim uma resolução, o SINASE reafirma as diretrizes do Estatuto

sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. Com isso, se constitui em um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa.

De acordo com TELLES, 2006, os estudos sobre criminalidade, exclusão social, atos infracionais de adolescentes e o espaço urbano tem observado que os crimes cometidos por adolescentes estão intimamente relacionados com as situações de vulnerabilidade social vivida pelas famílias. A falta de recursos materiais, dignidade de moradia, falta de incentivo político não é o único aspecto responsável pela presença de adolescentes na criminalidade urbana, mas são fatores agregados à baixa escolaridade, à fragilidade dos vínculos familiares e à violência social que integra o cotidiano das pessoas. A família compartilha juntamente com outras instituições como o Estado, a responsabilidade pelo desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo das crianças e adolescentes. Porém quando essas dificuldades enfrentadas pelas famílias e pelo Estado não são superadas, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista das relações sociais e afetivas, proporcionam e levam esses adolescentes a uma situação de risco e vulnerabilidade, que pode impulsionar o seu ingresso na criminalidade urbana.

De acordo com (PINHEIRO, 2010) a criminalidade desde os anos 80 vem tendo um forte crescimento nos centros urbanos brasileiros. Com o fim do “milagre econômico” e com a adoção de medidas de ajuste econômico, marcando um período de grande recessão no Brasil, houve uma diminuição da qualidade de vida da população brasileira, ocasionado assim uma redução do emprego e do salário, aumento da inflação, falta de políticas habitacionais para a população carente e, em decorrência disso, o aumento desordenado de vilas e favelas principalmente nos grandes centros urbanos.

TELLES, 2006 mostra que, como conseqüência desta nova realidade estrutural e conjuntural brasileira, ocorre uma crise dos problemas sociais. Fatos como o desemprego; a escassez de tempo dos pais para participar do processo de educação de seus filhos, a ampliação do papel social das mulheres, que

passam de donas de casa a trabalhadoras assalariadas; bem como a falta de instituições de atendimento às famílias, produzem uma nova dinâmica familiar e social. É neste cenário urbano que crianças e adolescentes encontram nas ruas um espaço para viver. Muitas vezes pela falta de maturidade e vigilância familiar, são aliciadas pelo crime principalmente pelo tráfico de drogas. Com a vivência desse espaço urbano aprendem que a criminalidade traz consigo dinheiro, drogas, sexo, status social na comunidade, “guerras de tráfico” e morte, mas, porém buscam garantir a sobrevivência deles e a de seus familiares. Estes processos nos quais adolescentes assumem papéis sociais de manutenção da vida familiar, que deveriam estar destinados aos pais, contribuem para a prática de transgressões, impulsionando os jovens na criminalidade urbana.

É nesse contexto urbano que buscaremos saber se as mudanças urbanísticas da Vila São José, através do Programa Vila Viva irá influenciar aumento ou diminuição das práticas criminosas pelos adolescentes, de acordo com a percepção dos moradores da área.

II- Metodologia

Para a realização dos objetivos dessa monografia, foi realizada revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos. A bibliografia pesquisada foi composta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, projeto Vila Viva, projeto de trabalho técnico social da Vila São José elaborado pela URBEL e trabalho de pesquisadores sobre o tema estudado. Serão abordados fatores sócio-histórico-culturais dos adolescentes que vivem na Vila São José e como os moradores vêem as questões relativas ao tráfico de drogas.

Os dados estatísticos utilizados foram fornecidos pelo Centro Integrado do Adolescente (CIA-BH), e dados da Polícia Militar sobre as contravenções envolvendo adolescentes na capital do Estado de Minas Gerais e sua região metropolitana.

Durante o trabalho de campo na Vila São José, foram aplicados questionários a 16 pessoas escolhidas aleatoriamente dentro da própria Vila ou quando estavam na entrada do escritório do programa Vila Viva. Além dos questionários aplicados a população da vila, foram também utilizados os relatos orais dos policiais da área, além dos adolescentes envolvidos com a criminalidade na Vila. No caso dos questionários aplicados na Vila São José, esses foram semi estruturados com questões que abordavam a violência na vila, as causas da violência na opinião dos entrevistados e o conhecimento dos mesmos sobre o programa Vila Viva e o que elas achavam do processo de intervenção urbanística da área.

III- Estatuto da Criança e do Adolescente e o Perfil do Adolescente que comete Ato Infracional

De acordo com o (ECA, 1990) deve-se considerar as crianças indivíduos de até 12 anos incompletos e os adolescentes de 12 a 18 anos incompletos como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento o que representa uma das mais importantes conquistas em favor desses cidadãos. Significa que, além de todos os direitos que desfrutam os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade, as crianças e os adolescentes têm ainda direitos especiais, aqueles destinados à prevenção da ocorrência de ameaça ou violação de seus direitos e, ainda, à sua proteção de situações de risco pessoal ou social.

O (ECA, 1990) em seus artigos 81 e 82, no que diz respeito especificamente ao acesso a produtos e serviços, proíbe a venda e a oferta a crianças e adolescentes, entre outros produtos, de armas, munições e explosivos; bebidas alcoólicas e demais produtos que possam causar dependência física ou psíquica; além de proibir a hospedagem de criança e de adolescente em hotel, motel, pensão e estabelecimentos congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado dos pais.

Segundo o ECA,1990, a política de atendimento às crianças e aos adolescentes inclui três tipos de medidas. A primeira está no artigo 101, que traz medidas protetivas destinadas a criança e adolescente em situação de risco pessoal e social, a segunda no artigo 112 sobre as medidas socioeducativas que são destinadas a adolescentes aos quais se atribua o cometimento de ato infracional e a terceira em seu artigo 129, as medidas destinadas a os pais e responsáveis que não estejam cumprindo seus deveres em relação a suas crianças e adolescentes.

O (ECA,1990) ao estabelecer prioridade absoluta na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, determina a primazia em receber proteção e socorro em quaisquer circunstância; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas; e, por fim, a destinação privilegiada de

recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Com o ECA, abordando a preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas direcionadas aos jovens e a elevação dos gastos públicos e privados, em função da segurança, a queda na qualidade dos serviços públicos prestados à população, surge diversas abordagens teóricas que analisam a estruturação das cidades e suas implicações sociais, econômicas e políticas. Uma destas teorias é a da Desorganização Social.

Com o acelerado processo de industrialização e urbanização nos grandes centros urbanos teve grandes movimentos migratórios de diversas regiões, originando a concentração de parte dessa população em áreas periféricas da cidade, sem os controles sociais espontâneos da comunidade, da família e da religião. Estas populações ficam expostas a uma situação de extrema pobreza, condições de vida deterioradas, desemprego e inúmeras carências no meio social como educação, saúde e habitação. Essas mudanças do meio urbano e à desorganização social é o ambiente propício à proliferação da criminalidade e da violência, pois propicia a concentração de melhores oportunidades criminais pela grande oferta de bens que a cidade oferece aos criminosos.

A teoria da desorganização social, elaborada por SHAW E MCKAY em 1942, sobre a criminalidade na cidade de Chicago, intitulada Delinquência Juvenil e Áreas Urbanas, apontou uma aparente ligação entre as ocorrências de crimes e o contexto das áreas urbanas. Mostrou ainda que a distribuição dos delinquentes pela cidade de Chicago tinha um padrão sistemático, pois havia uma forte concentração das residências dos delinquentes juvenis nas áreas centrais de indústrias e comércio ou adjacentes a elas. Observaram também que locais da cidade de Chicago com baixas taxas de delinquência eram aquelas áreas projetadas como regiões residenciais distantes dos centros comerciais.

De acordo com esse autor, os indicadores sociais das áreas mais violentas da cidade caracterizavam por uma elevada deterioração física das moradias,

famílias incompletas ou desestruturadas e uma população residencial instável e etnicamente heterogênea, baixa renda e níveis ocupacionais menos qualificados. Essa heterogeneidade étnica dos moradores, as altas taxas de mobilidade residencial e privação econômica, que caracterizavam algumas áreas da cidade de Chicago, ocasionavam a perturbação da organização social comunitária, que, por sua vez, explicaria as variações em crimes e delinquência.

Essa situação de pobreza e degradação, com altas taxas de criminalidade, além da heterogeneidade étnica e a alta rotatividade residencial, impedia que estas pessoas fixassem raízes em seu local de moradia, que estabelecessem um conjunto de valores sociais de cidadania e convivência. Esses fatores estruturais no nível local dessas comunidades formavam, portanto, um cenário de completa desorganização social, onde os moradores não tinham cidadania e nem valores comuns o que não era suficiente para formar um grupo coeso para controlar o comportamento das pessoas e impedir o surgimento de altas taxas de criminalidade.

O (ECA, 1990) mostra que o adolescente que vive em um cenário de desorganização social e comete o ato infracional, previsto no artigo 103 do seu estatuto sofre punições, pois esse ato é conceituado como ato infracional e caracterizado como aquela conduta prevista em lei como contravenção ou crime. Ao definir o ato infracional dessa forma, o ECA considera o adolescente infrator como uma categoria jurídica, com direito ao devido processo penal e à proteção integral.

De acordo com o (ECA, 1990) em seu artigo 112 depois de verificada a prática de ato infracional pelo adolescente, a autoridade competente poderá aplicar as seguintes medidas: Advertência artigo 115, Obrigação de reparar o dano artigo 116, Prestação de Serviços à Comunidade artigo 117, Liberdade Assistida artigo 118, Semiliberdade artigo 120 e a Internação artigo 121 a 125.

O IBGE, 2005/2006, fazendo uma comparação entre o número total de adolescentes com 12 a 18 anos e aqueles em conflito com a lei, nesses anos aponta que o Brasil tinha 24.461.666 adolescentes. Desse total conforme o

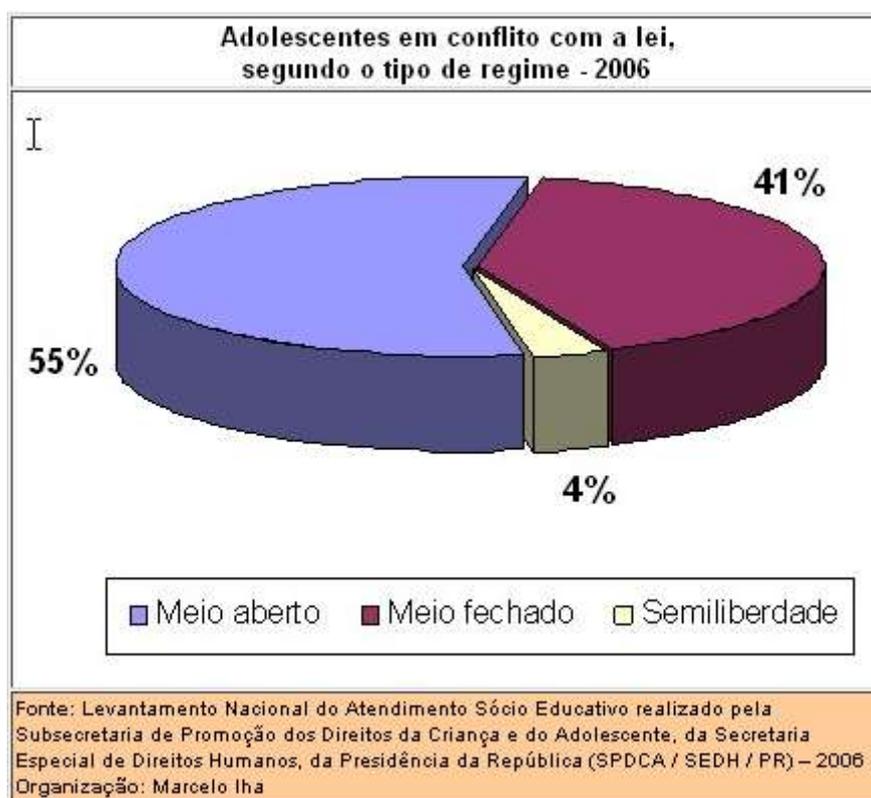
gráfico número 01 a seguir, apenas 0,1425% representava a população de adolescentes em conflito com a lei. Tal porcentagem, em números absolutos, significa 34.870 adolescentes autores de atos infracionais cumprindo algum tipo de medida socioeducativa em todo o Brasil.

Gráfico 01



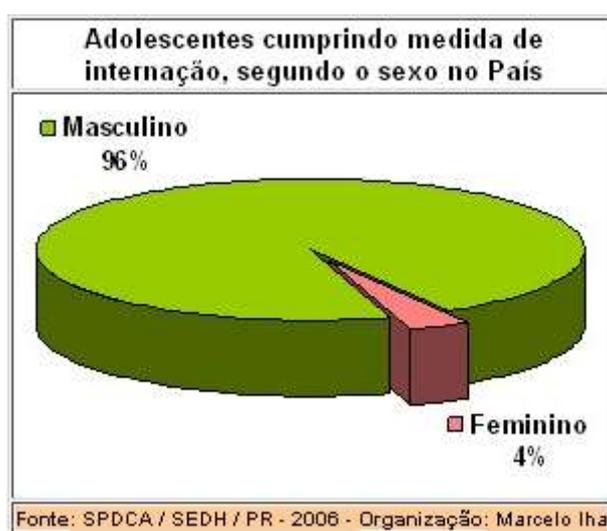
Ainda conforme gráfico número 02 a seguir (IBGE,2005/2006) os 34.870 adolescentes em conflito com a lei, podem ser divididos o tipo de regime cumprido, que são os seguintes: - **Meio aberto**: inclui prestação de serviços comunitários, liberdade assistida ou, ainda, ambos simultaneamente. Totalizam 55% do total, ou 19.444 adolescentes. - **Meio fechado**: são as medidas de internação ou internação provisória, que totalizam 14.192 adolescentes, ou 41% do universo daqueles que estão em conflito com a lei;- **Regime de semiliberdade**: representam 4% dos adolescentes autores de atos infracionais, ou 1.234 pessoas em números absolutos.

Gráfico 02



Conforme o gráfico número 03 a seguir (SPDCA / SEDH / PR, 2006), o Brasil possui 10.061 adolescentes do sexo masculino cumprindo medida de internação, o que representa 96% do total de pessoas nesse tipo de regime. Já as pessoas do sexo feminino somam apenas 385, ou 4% do total.

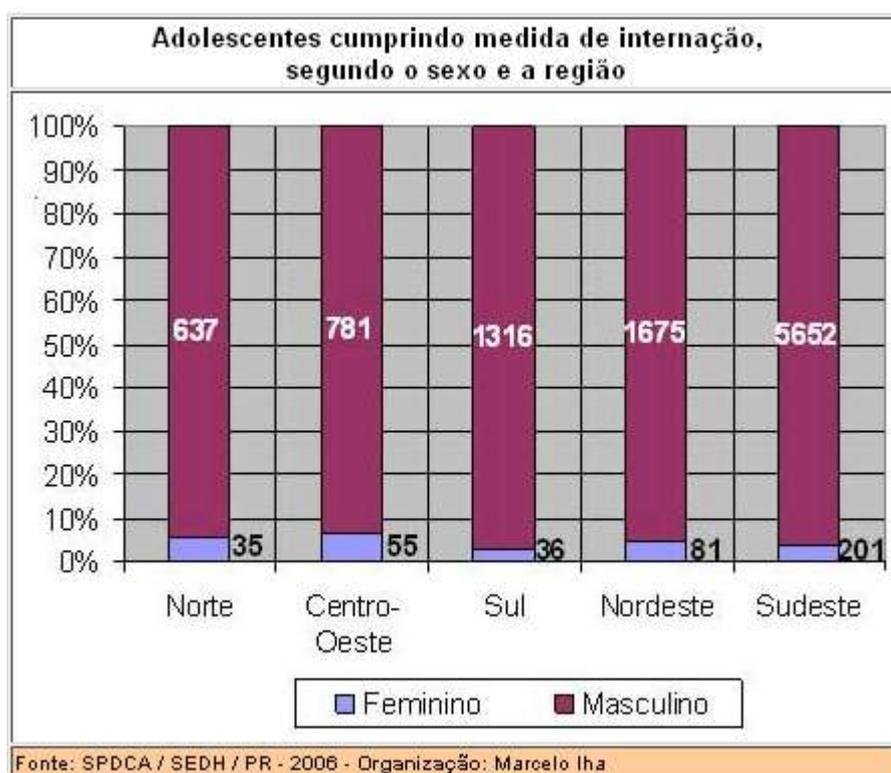
Gráfico 03



No gráfico número 04 a seguir (SPDCA / SEDH / PR, 2006), verifica-se que as regiões Norte e Centro-Oeste totalizam, respectivamente, 672 e 836

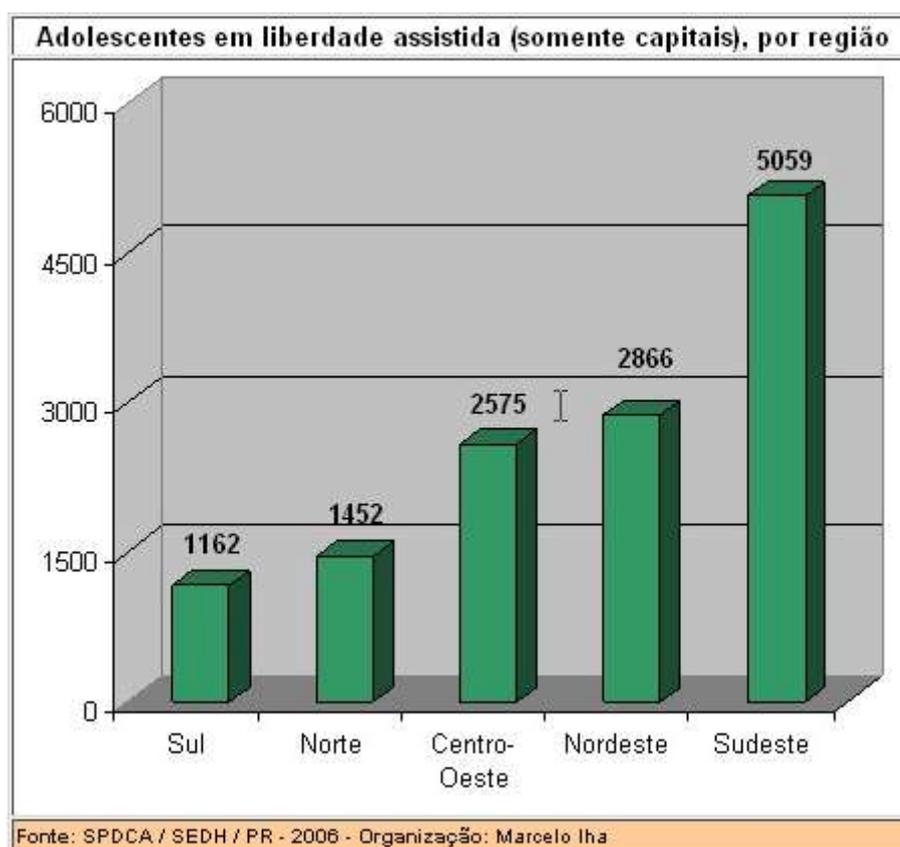
adolescentes de ambos os sexos internados. Em seguida, aparece o Sul, com uma soma de 1.352, e o Nordeste, com 1756 internações. A região Sudeste é a que concentra o maior número de adolescentes internados do País, com 5.853 pessoas, sendo 5.652 do sexo masculino e 201 do sexo feminino. Note que, em todas as regiões brasileiras, as adolescentes do sexo feminino representam menos de 10% do total de pessoas internadas. Somando-se todas as regiões brasileiras, existem 10.446 adolescentes de ambos os sexos em internação.

Gráfico 04



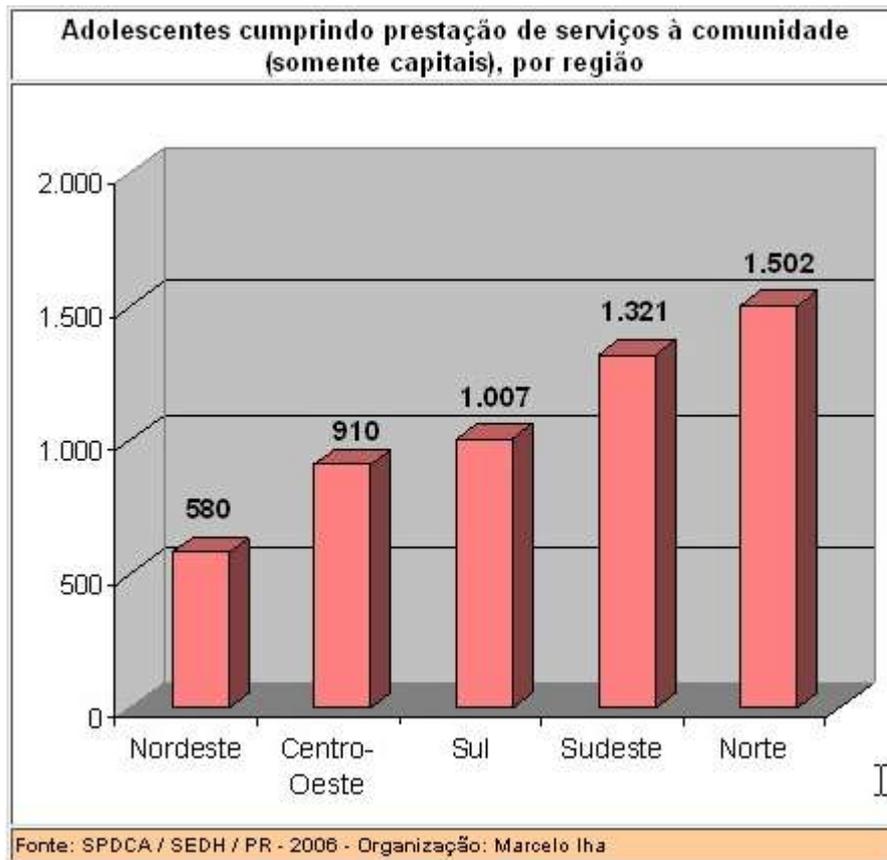
O gráfico número 05 a seguir (SPDCA / SEDH / PR, 2006), dos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa de meio aberto em liberdade assistida (LA) nas capitais brasileiras. O Sul do País possui pouco mais de mil jovens e o Norte aparece com 1.452. Em seguida, está o Centro-Oeste, com 2.575 adolescentes, e o Nordeste, com um total de 2.866 autores de ato infracional em liberdade assistida. O Sudeste é o que possui mais adolescentes cumprindo esta medida, com pouco mais de 5 mil pessoas. Somando-se todas as regiões do Brasil, existem, portanto, 13.114 adolescentes em liberdade assistida.

Gráfico 05



O gráfico número 06 a seguir apresenta o número de adolescentes que cumprem prestação de serviços comunitários (PSC) – considerando apenas a soma dos números nas capitais de cada Estado. A região Nordeste é que apresenta a menor quantidade, com 580 jovens, seguida pelo Centro-Oeste, com 910. Passando da marca dos mil adolescentes estão as regiões Sul, 1.007, Sudeste com 1.321, e Norte do País, com 1.502. As cinco regiões totalizam, assim, 5.320 adolescentes em cumprimento de PSC. Vale a pena ressaltar, no entanto, que nas regiões Nordeste, Sul e Norte do Brasil, poderiam ser somados outros 991 jovens que cumprem tanto prestação de serviços comunitários quanto liberdade assistida simultaneamente.

Gráfico 06



A tabela número 01 a seguir, ilustra o crescimento do envolvimento de adolescentes nos atos infracionais no Estado de Minas Gerais.

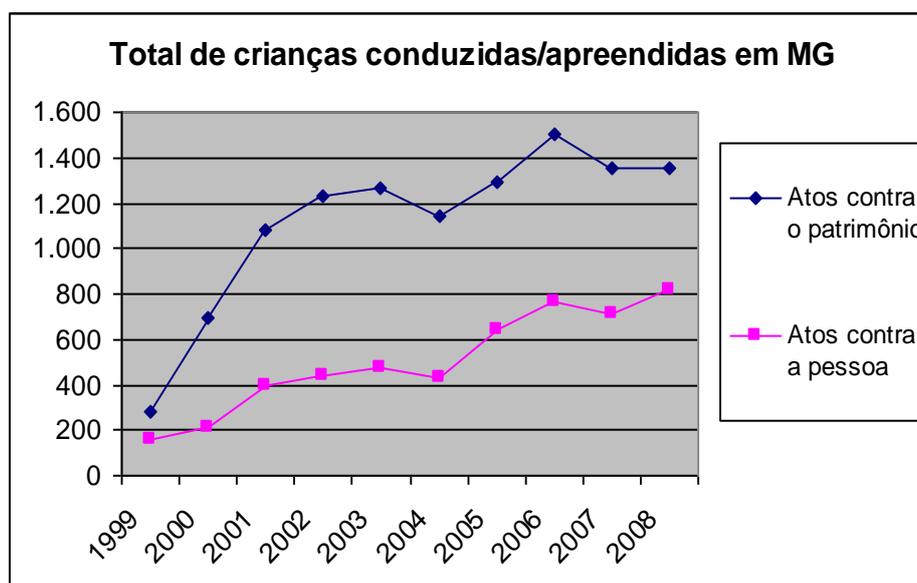
Tabela 01 – Total de adolescentes conduzidos/apreendidos em MG

PERÍODO	Criança	
	Contra Patrimônio	Contra Pessoa
1999	283	161
2000	692	214
2001	1.083	395
2002	1.227	441
2003	1.270	479
2004	1.146	429
2005	1.292	639
2006	1.504	768
2007	1.352	711
2008	1.352	820

Fonte: Armazém de Dados – PMMG/SM20

No gráfico 07 a seguir, considerando o período compreendido entre 1999 a 2008, podemos verificar que ocorreu um aumento significativo nos registros de ocorrência de atos infracionais praticados por crianças no estado de Minas Gerais. O crime contra o patrimônio é mais expressivo, sendo que em 1999 foram conduzidas ou apreendidas em Minas Gerais cerca de 283 crianças e em 2008 1352 mostrando assim o enorme crescimento da delinquência juvenil no Estado.

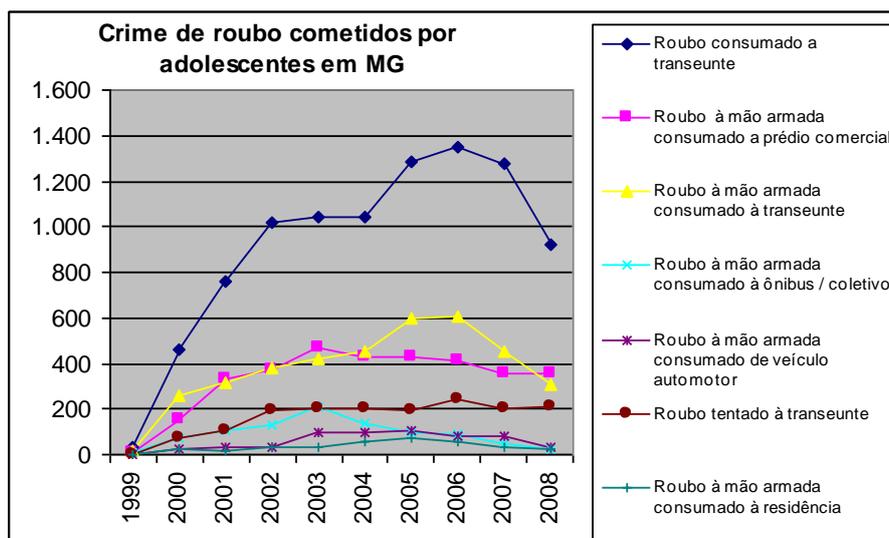
Gráfico 07



Fonte: Armazém de Dados – PMMG/SM20

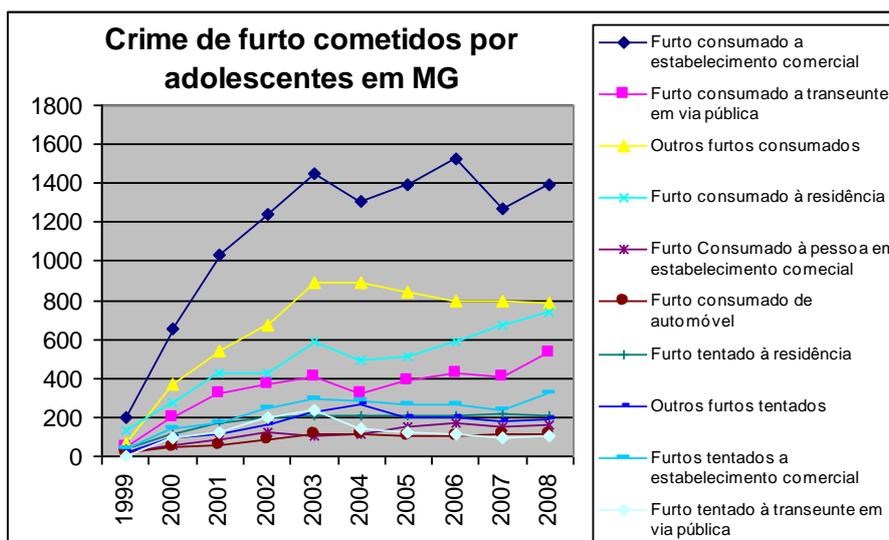
Os dados apresentados nos gráficos números 08 e 09 a seguir mostram que as prisões e apreensões realizadas pela Polícia Militar no período de 1999 a 2006 tiveram um aumento significativo da participação de menores de 18 anos. Observa-se uma concentração de envolvimento de adolescentes nos crimes cometidos contra o patrimônio sendo os de maior incidência, roubo consumado a transeunte, furto consumado a estabelecimento comercial.

Gráfico 08



Fonte: Armazém de Dados – PMMG/SM20

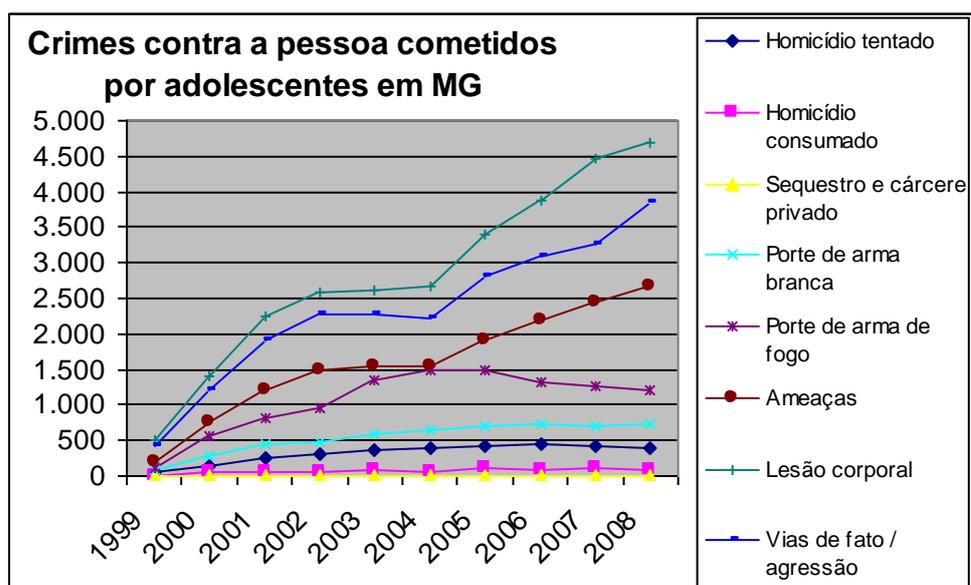
Gráfico 09



Fonte: Armazém de Dados – PMMG/SM20

O gráfico número 10 a seguir mostra que as prisões e apreensões realizadas pela Polícia Militar no período de 1999 a 2008 tiveram um grande crescimento de crimes contra a pessoa, cometidos por adolescentes no Estado de Minas Gerais. Observa-se uma grande concentração de crimes relativos ao porte de arma branca e vias de fato/agressão.

Gráfico 10



Fonte: Armazém de Dados - PMMG/SM20

De acordo com o gráfico 11 a tabela 02 e a seguir, do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte CIA BH 2009¹ no ano de 2009 deram entrada na instituição 9605 adolescentes, considerando-se inclusive aqueles que deram mais de uma entrada, ou seja, os reincidentes. Dividindo-se esse valor pelos 12 meses do ano tem-se uma média de atendimento de 800 adolescentes por mês, sendo a maioria deles com idades entre 15 e 17 anos.

Tabela 02

Idade dos adolescentes		
12 anos	208	2,9%
13 anos	474	6,6%
14 anos	983	13,7%
15 anos	1437	20,0%
16 anos	1800	25,0%
17 anos	2135	29,0%
18 anos	116	1,6%
Total(N)	7153	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI - CIA BH 2009

¹ O CIA-BH atende ao comando constitucional da prioridade absoluta da criança e do adolescente, através de um Sistema Integrado de Justiça para atendimento dos adolescentes.

Gráfico 11



Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI - CIA BH 2009

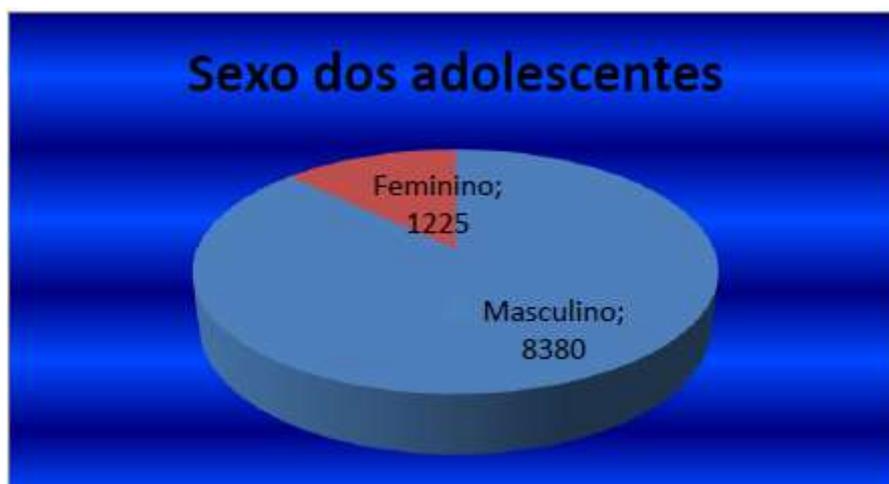
Como pode ser verificado na e tabela 03 e gráfico 12 a seguir (CIA BH, 2009) a maioria dos adolescentes que dão entrada por ato infracional são do sexo masculino (87,0%), e 13,0% do sexo feminino.

Tabela 03

Sexo dos adolescentes		
Masculino	8380	87,0%
Feminino	1225	13,0%
Total(N)	9605	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH 2009

Gráfico 12



fonte:DOPCAD/SUASE/SEPI - CIA BH 2009

O gráfico número 13 e tabela número 04 a seguir mostram que ao analisar a escolaridade dos adolescentes percebe-se que a maioria deles está entre a 5ª e 8ª séries, sendo que 4% dos adolescentes não estudam. Constata-se que a 6ª série é a que concentra o maior número de casos (17,0%). Fica claro também a baixa porcentagem de adolescentes estudantes do ensino médio, que somados chegam a 9,5%.

Tabela 04

Escolaridade dos adolescentes		
Não estuda	282	4,0%
Analfabeto	13	0,2%
Ensino Básico incompleto	4	0,1%
Ensino Básico completo	920	12,6%
5ª Série	1148	15,8%
6ª série	1234	17,0%
7ª série	1028	14,0%
8ª série	1005	13,8%
Ensino Fundamental incompleto	349	5,0%
Ensino Fundamental completo	575	8,0%
1º ano do ensino médio	436	6,0%
2º ano do ensino médio	123	1,6%
3º ano do ensino médio	29	0,4%
Ensino Médio completo	116	1,5%
Total(N)	7262	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH 2009

Gráfico 13



Fonte: DOPCAD/SUASE/SEPI - CIA BH 2009

Ainda de acordo com o estudo do CIA BH, 2009, do total de jovens entrevistados, constata-se que 33,37% pertencem à raça/cor pretos, 38,77% à raça/cor pardos e 20,44% à raça/cor brancos conforme gráfico número 14 e tabela número 05 a seguir.

Tabela 05

Raça/Cor dos adolescentes		
Branco	500	20,44%
Pretos	816	33,37%
Pardos	948	38,77%
Indígenas	87	3,55%
Amarelos	94	3,84%
Total(N)	2445	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH 2009

Gráfico 14



Fonte: DOPCAD/SUASE/SEPI - CIA BH 2009

No que diz respeito da inserção no mercado de trabalho, 80,0% dos adolescentes entrevistados não trabalham. 20,0% deles trabalham conforme se observa na tabela número 06 e gráfico número 15 a seguir.

Tabela 06

Situação de Trabalho		
Trabalha atualmente	527	20,0%
Não Trabalha	2169	80,0%
Total(N)	2696	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH 2009

Gráfico 15



Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH 2009

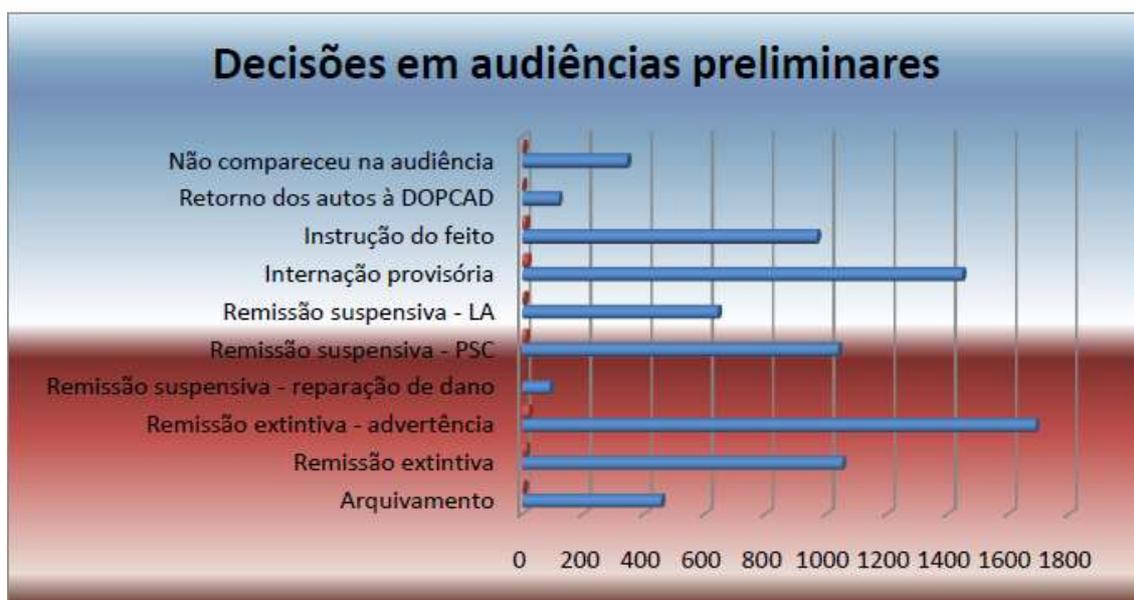
Com relação às decisões judiciais nas audiências preliminares, os arquivamentos, as remissões extintivas e extintivas com advertência somam juntas 41,8% dos casos. Remissões suspensivas cumuladas com medida de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida somam 22,3% dos casos. As internações provisórias somam 18,4%. 4,4% dos adolescentes não compareceram à audiência preliminar. Isso pode ser verificado na tabela número 07 e gráfico número 16 a seguir.

Tabela 07

Decisões judiciais em audiências preliminares		
Arquivamento	458	6,0%
Remissão extintiva	1054	13,4%
Remissão extintiva - advertência	1690	21,4%
Remissão suspensiva - reparação de dano	90	1,1%
Remissão suspensiva - PSC	1040	13,2%
Remissão suspensiva - LA	644	8,0%
Internação provisória	1449	18,4%
Instrução do feito	970	12,3%
Retorno dos autos à DOPCAD	120	1,8%
Não compareceu na audiência	346	4,4%
Total(N)	7861	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH 2009

Gráfico 16



Fonte: DOPCAD/SUASE/SEPI - CIA BH 2009

No que diz respeito às pessoas com as quais os adolescentes residem, segundo o CIA BH, 2009, 43% deles moram com a mãe e 39% com o pai e a mãe. 2% residem nas ruas e 5 % residem com outros familiares como avós, tios e irmãos. Isso pode ser confirmado com a tabela número 08 e gráfico número 17 a seguir.

Tabela 08

Pessoas com quem reside		
Reside com os pais	1422	39,0%
Reside com a mãe	1595	43,0%
Reside com o pai	191	5,0%
Reside com avós	222	6,0%
Outros familiares	188	5,0%
Reside na rua	75	2,0%
Total	3693	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH 2009

Gráfico 17



Fonte: DOPCAD/SUASE/SEPI - CIA BH 2009

De acordo com a tabela 09 e gráfico 18 a seguir dos **9605** adolescentes que deram entrada uma ou mais vezes no CIA no ano de 2009, **6431** deram entrada uma vez e, nesse universo, **1668** deram mais de uma entrada, o que demonstra que a taxa de reincidência é de 26%. Para o cálculo desta taxa foi considerada como *reincidência* a entrada por mais de uma vez no CIA BH no período analisado, o que demonstrou que as entradas dos reincidentes variaram de duas a doze vezes. Os adolescentes não reincidentes somaram 4763.

Tabela 09

Reincidência Infracional		
Não reincidentes	4763	74,0%
Reincidentes	1668	26,0%
Total	6431	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH 2009

Gráfico 18



Fonte: DOPCAD/SUASE/SEPI - CIA BH 2009

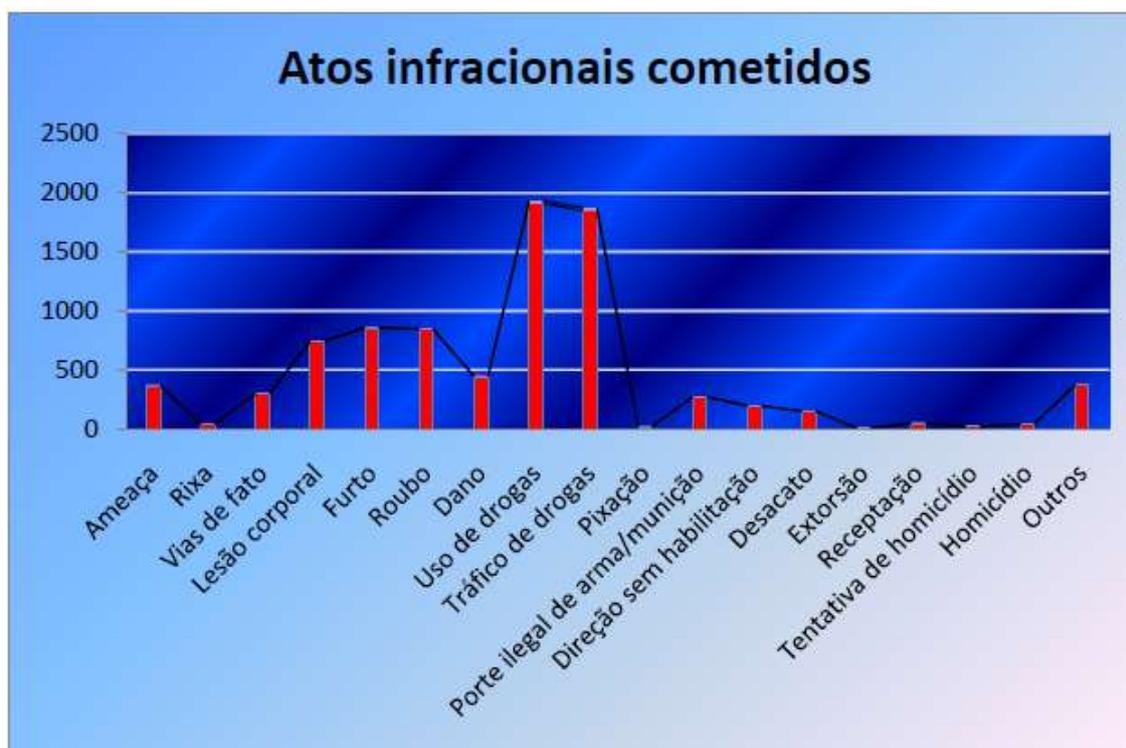
De acordo com a tabela número 10 e gráfico número 19 a seguir, que tratam dos atos praticados pelos adolescentes o uso e tráfico de drogas correspondem a 44,5% das infrações cometidas em 2009. O furto representa 10,0% dos atos, seguido do roubo com 9,9% e, somados os dois, temos 19,9%. Percebe-se ainda que nos casos que contém informação (8478), o número de homicídios foi de 43.

Tabela 10

Atos Infracionais cometidos		
Ameaça	368	4,3%
Rixa	44	0,5%
Vias de fato	297	3,5%
Lesão corporal	740	8,7%
Furto	853	10,0%
Roubo	842	9,9%
Dano	441	5,2%
Uso de drogas	1910	22,5%
Tráfico de drogas	1849	22,0%
Pixação	19	0,2%
Porte ilegal de arma/munição	273	3,2%
Direção sem habilitação	195	2,3%
Desacato	152	2,0%
Extorsão	7	0,1%
Receptação	49	0,5%
Tentativa de homicídio	22	0,2%
Homicídio	43	0,5%
Outros	374	4,4%
Total(N)	8478	100%

Fonte: DOPCAD / SUASE / SEPI – CIA BH

Gráfico 19

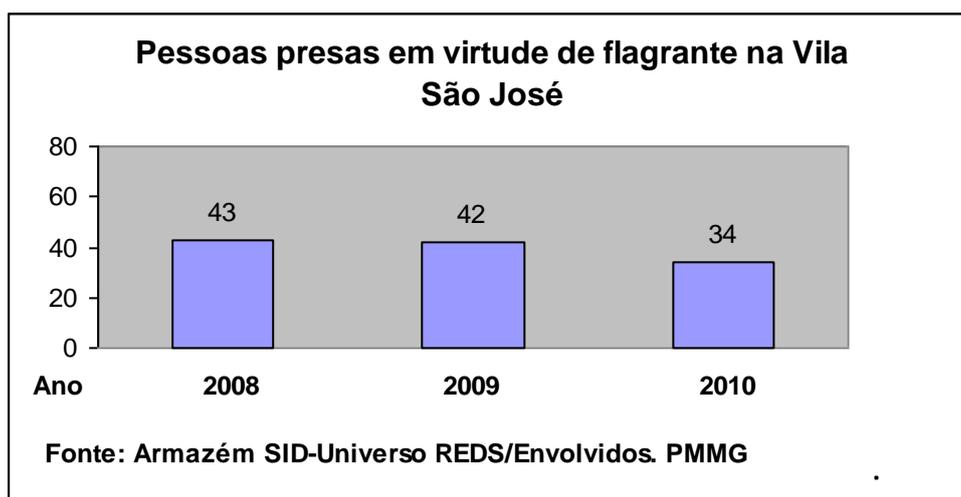


Fonte: DOPCAD/SUASE/SEPI CIA BH 2009

A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, através do seu banco de dados Armazém SID - Universo REDS/Envolvido nos mostra o número de pessoas envolvidas em ocorrências em que houve registro de envolvido como autor, co-autor e suspeito, em quaisquer naturezas, nos anos de 2008 a 2010 (lembrando que no ano de 2010 esses dados são até o dia 09 de Dezembro de 2010) e, que foram coletados através das ocorrências registradas na Vila São José.

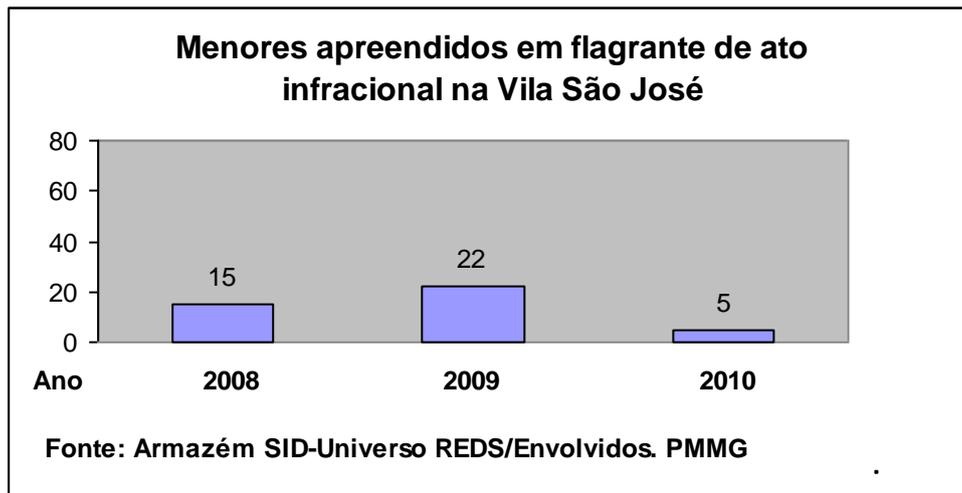
Conforme o gráfico número 20 a seguir, da Polícia Militar de Minas Gerais, as pessoas presas em virtude de flagrante, na Vila São José, foram no ano de 2008 de 43 pessoas; no ano de 2009 de 42 pessoas e no ano de 2010 de 34 pessoas.

Gráfico 20



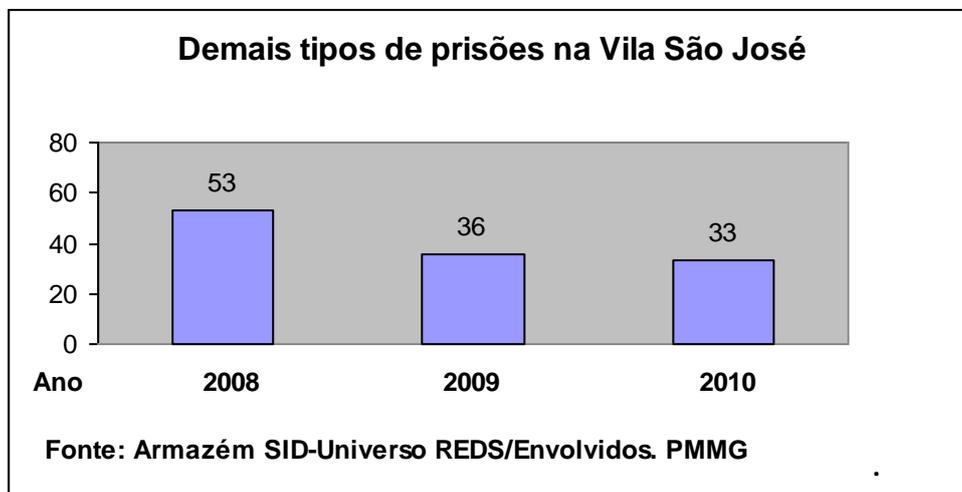
Com relação aos menores apreendidos em flagrante de ato infracional, na Vila São José, no ano de 2008, foi de 15 adolescentes apreendidos; no ano 2009 foram 22 e no ano de 2010 foram 05. Isto pode ser observado no gráfico número 21 a seguir.

Gráfico 21



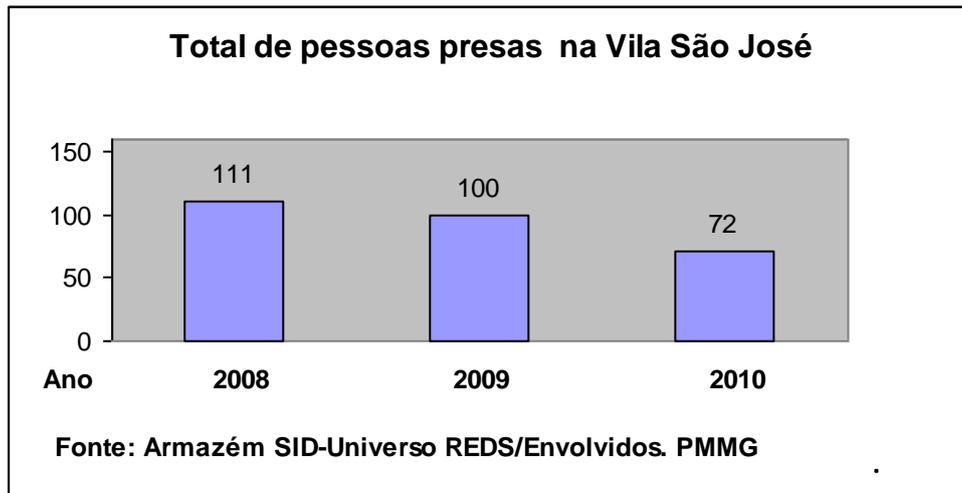
Conforme dados da Polícia Militar de Minas Gerais, na Vila São José, os demais tipos de prisões no ano de 2008 somaram 53 pessoas, já no ano de 2009 foram de 36 e no ano de 2010 foram de 33 pessoas. Isso pode ser confirmado através do gráfico número 22 a seguir.

Gráfico 22



Com relação ao total de pessoas presas na Vila São José, conforme dados da Polícia Militar de Minas Gerais, no ano de 2008 foram presas 111 pessoas, no ano de 2009 foram presas 100 pessoas e no ano de 2010 foram presas 72 pessoas. Isto pode ser observado no gráfico número 23 a seguir.

Gráfico 23



Com relação aos gráficos do banco de dados da Polícia Militar, observa-se que tanto as pessoas presas em virtude de flagrante, quanto os menores apreendidos em flagrante de ato infracional, os demais tipos de prisões e o total de pessoas presas houve uma redução da criminalidade na Vila São José.

IV- A Vila São José

De acordo com a URBEL, 2010, a ocupação da Vila São José ocorreu no fim da década de 70. Localizada na região Noroeste/ Pampulha sua área física está limitada pelos Bairros Jardim Alvorada, Alípio de Melo e São José, tendo a Avenida Pedro II e o Anel Rodoviário como importantes referências. Possui nove mil moradores, distribuídos em 2.400 domicílios numa área de 197 mil metros quadrados. O perfil sócio econômico da população situa-se em nível muito baixo. De acordo com levantamentos da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), 67,3% do total de residentes possui renda inferior a um salário mínimo e apenas 2,0% ganha acima de três salários mínimos. O grau de escolarização também é baixo, apenas 49% tem o 1º grau. O grau de escolaridade é baixo, sendo que 49,1% da população possui o 1º grau (completo ou incompleto) e o índice de analfabetismo atinge 28,9% da população (analfabetos ou semi-analfabetos). Nota-se pelos dados que a população é eminentemente jovem, sendo que 54,24% se insere na faixa etária de 0 a 21 anos.. De forma geral a população economicamente ativa apresenta baixa qualificação, com alguma experiência na área da construção civil e trabalhos domésticos. A maioria está desempregada ou se ocupa de trabalhos temporários e biscoites, daí o baixo nível de remuneração.

Conforme a (URBEL 2010), o aglomerado é cortado pelo córrego São José e apresenta vários problemas como carência de moradias, falta de infra-estrutura e de áreas de lazer, habitações precárias, ocupação e invasões em locais de risco geológico, sistema viário deficiente, além de altos índices de violência. Para melhorar a qualidade de vida da população ali instalada há décadas, a Prefeitura de Belo Horizonte vem promovendo, investimentos no local ao longo dos últimos.

Segundo a (URBEL 2010), a origem do Programa Vila Viva está diretamente relacionada com o Plano Global Específico de cada vila atendida. O plano é um estudo aprofundado da realidade das vilas e favelas de Belo Horizonte, com participação direta da comunidade. Este projeto é realizado em três etapas: levantamento de dados, elaboração de um diagnóstico integrado dos principais

problemas da área em estudo e, por último, definição das prioridades locais e das ações necessárias para atendê-las. O Vila Viva engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Após o término da urbanização, a área será legalizada com a emissão das escrituras das unidades habitacionais aos ocupantes. As intervenções do programa estão melhorando a qualidade de vida de cerca de 193 mil moradores, dos aglomerados da Serra, Morro das Pedras e Santa Lúcia; das vilas Califórnia, São José, Pedreira Prado Lopes, Taquaril, São Tomás, Aeroporto, Cemig, Alto das Antenas; além dos moradores do entorno da avenida Belém e do Córrego Santa Terezinha, e do Complexo Várzea da Palma, o que representa 38% do total da população de vilas e favelas. O montante dos recursos para as obras do Vila Viva - R\$1,15 bilhões - foi obtido junto ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do governo federal e por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal. A previsão é de que 13.167 famílias sejam removidas nas 12 comunidades beneficiadas. Até o fim das obras, serão construídos 6.894 apartamentos para o reassentamento dessas famílias nas próprias comunidades.

De acordo com a (PBH 2010), serão removidas cerca de 2.200 famílias que moram na Vila São José. Parte delas será reassentada nos 1.408 apartamentos que estão sendo construídos pela Prefeitura nas proximidades da vila. A motivação desses reassentamento é o cenário de alta degradação ambiental da vila. Uma das manifestações dessa degradação tem a ver com a disposição inadequada do lixo, prática bastante difundida entre os moradores, a sua deposição no córrego, em condições bastante desfavoráveis do ponto de vista da saúde pública, higiene e meio ambiente. É importante salientar que as vielas e becos que terminam nas margens do córrego São José também são locais onde há muita concentração de lixo.

De acordo com a (PBH 2010), a Vila São José apresenta condições sanitárias e ambientais muito ruins. As moradias, em sua maioria, são precárias e

algumas delas sob risco constante de inundação e deslizamento. O sistema viário é deficiente o que dificulta o acesso dos moradores a diversos públicos e privados. A área coberta por coleta de lixo direta é insuficiente e o lixo e esgoto jogados no córrego São José, que corta a vila, contribui para a ocorrência de inundações e poluição da Lagoa da Pampulha, além de causar doenças. Também faltam áreas de convivência e espaços de lazer, creches e equipamentos comunitários adequados. O tráfico de drogas e os altos índices de violência também são preocupações que atormentam a comunidade.

V- As percepções dos moradores sobre a Vila São José: o campo

Este capítulo pretende abordar a participação de jovens na criminalidade da Vila, as histórias trazidas pelos moradores sobre as mudanças do espaço urbano e como esse processo de mudança trouxe outra socialização e formação de outra identidade. Além disso, pretendemos explorar através das próprias narrativas qual o papel de cada morador dentro desse processo de urbanização da Vila São José e também resgatar alguns elementos da história da Vila São José. Ressalta-se, ainda, que pretendemos lançar um olhar sobre as narrativas buscando saber se as políticas de intervenções urbanísticas tiveram uma diminuição ou aumento das ocorrências criminais.

Durante a atividade de campo pude realmente conhecer de perto as histórias de alguns moradores e aproximar-me dos adolescentes envolvidos na criminalidade. Muitos deles ficavam desconfiados sobre até onde meus questionamentos poderiam levá-los. Mas mesmo assim conseguia um primeiro diálogo perguntando a eles o que eles achavam da possibilidade de retirada dos becos, abertura de ruas e construção de prédios.

Nas conversas que tive com os adolescentes que tinham envolvimento direto com a criminalidade na vila, principalmente relacionada ao tráfico de drogas, ouvi relatos de que a favela era dividida em três áreas, sendo que a parte de cima e a parte de baixo da Vila estavam em guerra. Perguntados sobre as novas moradias, muitos disseram que vão mudar para outras favelas.

“olha eu nasci aqui nessa favela, só guerreiro da parte de cima, já tem 5 anos que to envolvido com o tráfico, não gosto das guerras, mas vô ter entrar, porque inocente ta sofrendo com as guerras dos bandidos, eu nunca vi isso, trabalhador não pode ir para os prédios de baixo, eles tão é de olho grande, os bandidos debaixo acha que os prédios é deles. Agora é que vai estourar uma guerra mesmo. Vai morrer gente

demais, porque os bandidos debaixo tão mandando sai, senão vai matar até inocente. Nunca vi isso a prefeitura vem dirruba tudo e faz prédio junto para unir as partes da favela. Isso da é guerra. Por isso que vou pegar a indenização e mudar para a favela do Pindorama vo comprar ou alugar um barraco pra mim. Mas antes vou comprar uns revólver, pois é guerra e nos desce lá com os sete capetas e metralha tudo.” (Guli, 17 anos)

Para alguns jovens, percebi que as práticas delituosas colocavam-se como contingências da vida, forma de sobreviver, e que aparecia na vida deles como algo habitual que não lhe causava nenhum constrangimento. Outro ponto que também percebi, era que alguns tinham um baixo controle exercido pela família além da violência sofrida no seio familiar. Isso faz com que eles sejam acolhidos pelo “grupo do tráfico”, pois, ali nesse grupo eles compartilham a mesma condição interesses e seus objetivos são comuns.

Assim, devemos tomar cuidado para não atribuir esse perfil a todos os jovens que vivem na Vila São José porque muitos não escolhem ingressar no mundo do crime e outros por razões que lhe são particulares acabam se envolvendo na criminalidade.

“eu trafico porque eu preciso mesmo, tenho que por comida dentro de casa, comprar uns panos novos, comprar umas armas” (Alex, 16 anos)

Diante das falas dos adolescentes ligados a criminalidade tanto da parte alta quanto da parte baixa da Vila São José, percebe-se que os grupos têm suas normas, regras e condutas próprias. Dentro do próprio grupo, aqueles que praticavam um grau elevado de violência, eram mais respeitados pelos jovens. (Foto 09)

“aqui to mundo respeito todo mundo, ninguém fica tirando o outro não, porque se não dá treta ai acaba um matando o outro. De vez enquanto o bicho pega, mas a humildade sempre prevalece e nego safado sempre morre.” (Vítim, 18 anos)

Silveira 2007, mostra que o fácil acesso a armas de fogo e o seu baixo custo tem causado dificuldades ao controle e prevenção de homicídios, já que constituem no Brasil o instrumento preferencial para cometer estes crimes. De acordo com essa autora “em 1999, 60% dos homicídios nos Estados Unidos foram cometidos com armas de fogo, no Brasil, em 2004, esta cifra atingiu 70%.” Mostra ainda que existe uma conexão entre o mercado de drogas ilegais e as armas, já que nesse mercado existe uma grande quantidade de conflitos o que leva os envolvidos a se armarem.

A natureza ilegal do mercado exige um varejo pulverizado e trabalho intensivo. Os jovens apresentam ao mercado o atrativo de serem menos vulneráveis ao sistema de justiça criminal, mais audaciosos, e menos avessos ao risco. (Silveira 2007. P 46)

A parte de baixo da Vila São José, já urbanizada, com a construção das unidades habitacionais tem área de lazer e convivência, canalização dos córregos e implantação de rede de água e esgoto. Além disso, possui estacionamento e ruas que passam por entre os prédios. Essa facilidade de locomoção entre os prédios favorece a entrada tanto dos policiais que patrulham a área, quanto de pessoas que procuram drogas. (foto 11 e 12)

Em conversas com os adolescentes que estavam envolvidos com o tráfico de drogas na parte de baixo da Vila, muitos disseram que os prédios são legais, pois melhorou a visão que as pessoas de “fora” tinham sobre a Vila. Mas, a maioria dizia que preferia os becos da vila.

“O mano, os predinhos ficou legal, melhorou a questão dos córregos que fediam muito, ficou bonito, mas eu gostava mesmo era de ficar nos becos a noite porque lá é que tudo acontecia”.(Wallace, 17 anos)

Ao conversar com os adolescentes sobre a questão dos moradores da parte de cima da vila virem morar nos prédios, muitos relatavam receios com esse acontecimento.

“O mano, aqui é nois que manda, nunca vou sair daqui, nos não pode deixar os caras de guerra lá de cima descer não, porque tem familiar deles que é X9 e vai fala pra eles quando nois ta boiando. Acho que agora vai dar é morte, porque se os familiar vim é só nois subi nos predim e pegar eles cagando.” (Pedro, 15 anos)

Conforme relato dos adolescentes da vila as drogas o “patrão” arrumava e que as armas eles compravam em outras favelas ou mesmo de outros moradores.

“O mano eu só ando armado, ta aqui o meu 38 que comprei de um morador, é ele que me dá conceito e segurança na favela, se mexer com nois a bala come, nos mete bala pra ver que nois não é comédia”. (Wallace 17 anos)

Em conversa com o senhor Celino, morador da Vila São José há 27 anos, o mesmo afirmou que a maioria das pessoas que mora na vila é de migrantes de várias regiões do Brasil, sendo algumas do Norte de Minas, Bahia e principalmente do Vale do Jequitinhonha. Segundo o senhor Celino, a Vila São José teve seu processo de formação a partir da ocupação de fazendas de propriedades dos Melos, que permitiram passivamente tal fato, na década de 60. Ele relatou que a Vila São José é dividida em duas partes: sendo a parte

alta e a parte baixa (isso se deu devido o tráfico de drogas) e, os moradores de ambas vivem em sua maioria de “bicos”.

De acordo com o Senhor Celino, na vila antes da urbanização ocorria muita erosão e a quantidade de lixo, garrafas pet, pneus e papéis atrapalhava o escoamento das águas principalmente em épocas de chuvas. Têm-se muitas áreas onde os córregos Pastinho e São José correm a céu aberto. Devido ao mau acondicionamento do lixo, a vila era foco de vetores como ratos, baratas e escorpiões. A criação de animais pelos moradores era constante sendo encontrados porcos, galinhas, cabras todos esses animais em meio ao lixo e esgotos da vila (foto 05 e 06). Ainda relatou que as moradias eram construídas pelos próprios moradores e por isso as casas não possuíam numeração ordenada e que a ausência de muros nas casas fazia com que muitas crianças brincassem em locais inapropriados (Fotos 01,02,03 e 07).

“hoje vivo mais tranqüilo aqui nos prédios, temos mais condições humanas, e fico longe da malandragem.” (Celino, 54 anos)

Grande parte dos moradores que já havia recebido seus apartamentos e, se encontrava neles morando, relatou que a mudança para os prédios trouxe além de conforto mais segurança e também melhores serviços, como padarias, tele entregas e entregas de mercadorias. (foto 15).

“Antes meu filho a gente era muito exposto, a gente ia passando para ir a algum lugar ai se via aqueles meninos ali nos becos fumando drogas, vendendo, com arma nas mãos. Hoje com os prédios melhorou muito tenho bons vizinhos, o nosso prédio fica sempre com a porta fechada e quando alguém quer subir a gente pergunta quem é e se for alguém conhecido a gente abre o portão caso contrário a gente não abre.” (Adelino, 62 anos)

“Antes a gente pedia um gás, uma mantimento do supermercado, uma pizza, uma entrega de eletrodoméstico e quem disse que o povo entrava na favela para entregar, num entrava mesmo, pois eles tinham medo de ser roubado e tava certo porque tava cheio de ladrão. Mas agora não com os prédios você pede qualquer coisa e as pessoas entregam.” (Maria 42 anos)

“Olha menino eu tinha um bar e os malandros iam lá, ai eles bebiam, pedia as coisa que tinham lá e quando iam saindo dizia que depois me pagava para eu anotar. Eu anotava mais como é que eu ia cobrar deles vendo que sempre eles quando brigavam acabavam dando tiros uns nos outros” (Miguel, 48 anos)

“Hoje todo mais satisfeito com os prédios, minha casa fica arrumada, toda bonitinha e posso deixar minha filha de 16 anos sozinha que não fico tão preocupada enquanto trabalho, sei que não tenho problemas com os meninos do tráfico, mas cansei de escutar os tiros e isso me deixava apavorada. Hoje nos prédios eu sei quem me interfona, porque antes a noite você podia derrubar o meu portão que eu nunca abria minha porta.” (Clarisse, 38 anos)

“Antes era um inferno se tava dentro da sua casa, quando sê via tinha um ou mais vagabundo entrando na sua casa fugindo “dos home” os policia se sabe e a gente tinha que

concordar porque se não vira contra a gente ai eles mata né, mas agora é que eu quero vê, os prédios tem portão fechado eletrônico né e se ninguém abri eles vai é preso ai é bão faz uma limpeza” (Otaviano, 65 anos)

Um relato bastante freqüente foi de que os prédios trazem mais segurança aos seus moradores. Um dos argumentos era que os prédios possuíam portão que permanecia sempre fechado em comum acordo com os outros moradores. Outra questão que era que os prédios possuíam interfones onde as pessoas que iam visitar ou mesmo chamar algo tinha que primeiro interfonar ao morador para esse abrir o portão que era eletrônico. Isso gerava nos moradores uma maior confiança e segurança dentro dos prédios. Além disso, a acessibilidade aos prédios por amplas vias abertas facilitaria a entrada de viatura policial caso houvesse necessidade. (Fotos 12 e 13)

Relatos dos moradores da Vila São José, textos de natureza acadêmica, jornalística ou mesmo de cunho etnográfico como o livro Cabeça de Porco de Soares, Bill e Athayde, 2005 mostram como os jovens de várias partes são recrutados a servirem a atividades ilegais como o tráfico de drogas, colocando uma onda de terror nas comunidades, quando principalmente se tem disputas por territórios que acabam gerando grandes quantidades de homicídios. Lendo estes estudos e observando as falas dos moradores dessa Vila podemos entender como o tráfico de drogas alicia nossos jovens dando a eles benefícios tidos importantes como o poder, o reconhecimento na comunidade, a importância dentro do grupo. As desigualdades sociais a atração por status, a falta de emprego formal e, o desejo de se sentir poderoso levam a entrada e permanência na criminalidade. Fato esse que contribui para o crescente aumento da criminalidade em regiões pobres.

“causa sentimentos de frustração e revolta nas pessoas menos favorecidas economicamente, quando essas se sentem desconsideradas

ocupando posições sociais de menor prestígio. Assim, ao se verem na condição de inferioridade econômica, sentem a necessidade de empregar a violência para realizar alguns dos crimes necessários para obter renda, patrimônio e prestígio, fato que resultaria no aumento dos homicídios.” SILVEIRA (2007)

Apesar dos vários relatos dos moradores da Vila São José poucas pessoas se propuseram a responder ao questionário. Deste universo 16 pessoas responderam a pesquisa. Isso se deu devido o medo da população em achar que algum deles pudesse estar passando informações da Vila a alguma autoridade policial.

Com relação à pergunta se elas consideravam a Vila São José um lugar violento, 12 pessoas disseram que sim, o que representa 75%, 2 pessoas disseram que não o que representa 12,5% e 2 pessoas disseram que as vezes o que representa 12,5% dos que responderam as perguntas.

Sobre as causas da violência na Vila São José 14 pessoas responderam que a violência é devida ao tráfico de drogas, o que representa 87,5%, 2 pessoas disseram que a violência é causada pela falta de policiamento, o que representa 12,5%.

A pergunta sobre o Vila Viva mostrou que 100% dos que responderam a pergunta conhecem o programa e que também trouxe melhoria na qualidade de vida da comunidade.

A pergunta sobre se as intervenções urbanísticas trouxeram modificações na ocorrência de crimes 12 pessoas disseram que sim, o que representa 75% e 4 pessoas disseram que não, o que representa 25%.

Com relação à pergunta sobre a participação dos jovens entre 12 e 18 anos na criminalidade, 100% dos que responderam a entrevista disseram que sim.

No trabalho de campo conversando com várias pessoas pude perceber que a mudança para os prédios trouxe aos moradores uma maior dignidade, uma maior auto-estima e tranquilidade. Nas conversas com os moradores pude perceber que aquelas famílias que possuíam membros envolvidos na criminalidade tinham uma grande dificuldade em vir morar nos prédios, pois existiam ainda as chamadas “guerras” entre as pessoas envolvidas na criminalidade da Vila São José.

VI - Considerações finais

De acordo com Zilli 2004, em Belo Horizonte a concentração de crimes violentos se faz em poucas áreas da cidade mostrando que a criminalidade e violência não se distribuem pela cidade de maneira uniforme.

Analisando as entrevistas e diálogo tido com a população da Vila São José, observa-se que esta área da cidade apresenta uma íntima relação entre sua configuração ambiental e social e suas taxas de criminalidade. Como propõem os estudos da Teoria da Desorganização Social de Shaw e Mckay (1942) a Vila São José apresenta fatores estruturais, históricos, culturais e sócio-econômicos que se entrelaçam transformando-a em um local propício ao surgimento de taxas de criminalidade e violência como pode ser indicado pelos gráficos 20 a 23 do banco de dados da Polícia Militar.

Por outro lado, não se pode tampouco ceder à tentação de proceder com generalizações simplistas e fazer uma associação direta entre pobreza e criminalidade. (Zilli, 2004 p.184)

Tendo o referencial teórico da teoria da Desorganização Social (Shaw e Mckay, 1942) faz-se necessário explicar como esse referencial se relaciona com o objeto de estudo que é a Vila São José. Inicialmente é possível afirmar com base nos dados produzidos pela URBEL, nas visitas e, questionário coletados da Vila São José, a presença de fatores apresentados nas teorias como a deteriorização das moradias e baixa renda, confirmando a idéia de que determinadas áreas são propícias ao surgimento e consolidação da criminalidade.

Como demonstrado anteriormente, a Vila São José teve sua história de formação a partir de famílias vindas de diversas partes do Estado e dentro da própria região metropolitana de Belo Horizonte. Isso faz com não houvesse uma coesão social, que é também um dos fatores apresentados pela teoria da Desorganização Social.

As alterações urbanísticas feitas pelo programa Vila Viva da prefeitura de Belo Horizonte dentro da Vila São José, fez com que várias famílias deixassem seus “barracos” com grande deteriorização física e fossem morar em prédios novos. Isso fez com que os moradores tivessem um maior controle sobre a entrada e saída de pessoas, pois a questão do portão de entrada dos prédios, que são sempre mantidos fechados gera certa segurança aos moradores.

Dados coletados e analisados nessa pesquisa mostram que a mudança dos “barracos” para os novos apartamentos dos prédios trouxe uma melhoria estrutural para a comunidade da Vila São José e também facilidade no acesso da polícia, porém mesmo com essas mudanças pode-se perceber através dos relatos dos moradores que ainda existe um sentimento de insegurança na comunidade.

Isso nos mostra que apesar de promover uma melhoria estrutural na área de estudo, o poder público não conseguiu eliminar o sentimento de insegurança vivido por essa comunidade.

VII- Lista de fotos da Vila São José



Foto 01: Vista da parte de cima da Vila São José com o anel rodoviário ao fundo. Maio de 2004. Autor: Deborah Pereira



Foto 02: Vista parcial da parte de cima da Vila São José. Maio de 2004. Autor: Deborah Pereira.



Foto 03: Córrego Pastinho correndo a céu aberto, sendo utilizado como depósito de esgoto pela comunidade local. Maio de 2004. Autor: Deborah Pereira



Foto 04: Vista do Córrego Pastinho na parte de baixo da Vila São José, totalmente degradado pelo lixo e esgoto. Maio de 2004. Autor: Deborah Pereira



Foto 05: Vista parcial do córrego Pastinho com o impacto do lixo e animais. Maio de 2004. Autor Deborah Pereira.



Foto 06: Vista parcial do córrego Pastinho. Maio de 2004. Autor Deborah Pereira.



Foto 07. Construções da Vila São José sem nenhum planejamento urbanístico. Maio de 2004. Autor Deborah Pereira.

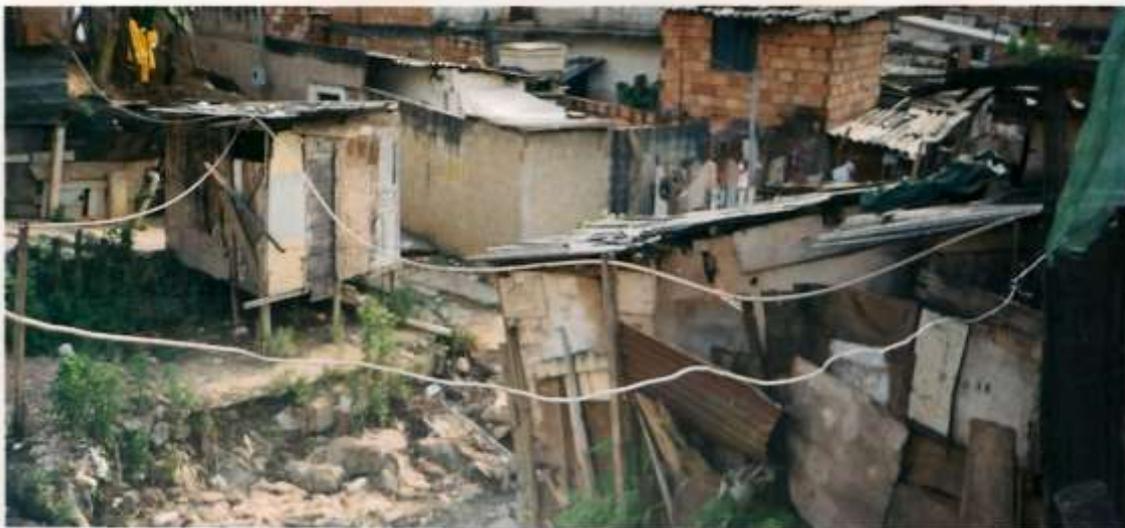


Foto 08. Construções da Vila São José sem nenhum planejamento urbanístico. Maio de 2004. Autor Deborah Pereira.



Foto 09: Marcas da violência na porta de uma residência na Vila São José. Maio de 2004. Autor: Maria Fernanda



Foto 10: Vista geral da Vila São José. Maio de 2004. Autor: Rubino Pereira



Foto 11: Vista parcial dos prédios da Vila São José, acesso Avenida João XXIII. Novembro 2010. Autor: Rubino Pereira



Foto 12: Vista parcial do estacionamento e entrada dos prédios da Vila São José. Novembro de 2010. Autor: Rubino Pereira



Foto 13: Vista da entrada do bloco 16 com acesso a Avenida João XXIII. Novembro de 2010. Autor: Rubino Pereira



Foto 14: Entrada do escritório do programa Vila Viva. Novembro de 2010. Autor: Rubino Pereira



Foto 15: Caminhão de entrega adentrando ao estacionamento dos prédios da Vila São José. Novembro de 2010. Autor Rubino Pereira



Foto 16: Vista parcial dos prédios e galpão de materiais da prefeitura de BH. Novembro de 2010. Autor Rubino Pereira

VIII - Referências bibliográficas

BILL, MV; ATHAYDE, C.; SOARES, L. E. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

CIA/BH. Relatório Estatístico 2009. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, CIA/BH - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional, Vara Infracional da Infância e da Juventude Setor de Pesquisa Infracional. Disponível em <http://www.tjmg.jus.br> acesso em 15/09/2010.

Código de Menores.

Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/19148/1/Contexto-Historico-do-Codigo-de-Menores-ao-Estatuto-da-Crianca-e-do-Adolescente--Mudancas-Necessarias-/pagina1.html#ixzz14QYL2kdS>. Acesso em 28/10/2010

Constituição da República Federativa do Brasil. 1988 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em 15/09/2010.

CREA-MG. Plano Diretor. Disponível em <http://www.crea-mg.org.br> acesso em 15/09/2010.

Declaração Universal dos Direitos Humanos
Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em portal.mj.gov.br/.../ddh_bib_inter_universal.htm, acesso em 05/09/2010.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

FORMOSO, Lúcia Maria Lopes. Tem uma vila no meio do caminho: análise da formulação da política de reassentamento para a Vila São José. PUC-MG. 1999.

PINHEIRO, Christiane Nicolau. Subculturas Juvenis: uma breve discussão em torno da participação feminina em gangues ou galeras de Belo Horizonte. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010 apud Paixão, A. L Crime e controle social, Adorno 2002 e Zaluar 2004, Marinho, Frederico Couto. Ambiente Urbano e Crime 2003.

RODRIGUES, Corinne Davis. Apostila da disciplina de Sociologia da Violência e Criminalidade. Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. CRISP-UFMG. 2º semestre de 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVEIRA, Andréa Maria. Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte. UFMG. 2007.

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

TELLES, Tiago S. et al. Criminalidade juvenil: a vulnerabilidade dos adolescentes. Revista de Psicologia da UNESP 5(1),. Universidade Estadual de Londrina 2006 apud Minayo.M.C.S, &Nyaine, K.(2002). Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. Revista Ciência e Saúde Coletiva 7 (2), 285-297.

ZILLI, L.F. *Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos:um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes*. 2004. 233 f. Dissertação (Mestradoem Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

IX - Anexos:

01 Entrevista semi estruturada

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDO DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA**



Entrevista semi estruturada

Reestruturação urbana: caso da Vila São José. Diminuição ou aumento de ocorrências criminais entre jovens de 12 a 18 anos como resultado de política pública habitacional.

1- Você considera a Vila São José um local violento ?

2- Na sua opinião quais as causas da violência na Vila?

3- Você conhece o programa Vila Viva? Em caso positivo que mudanças ele está trazendo para a comunidade ?

4- Você acha que as intervenções do programa trouxeram modificações na ocorrência de crimes na comunidade? Em caso positivo como.

5- Você observa uma participação de jovens entre 12 a 18 anos na criminalidade dentro da Vila São José?
